

INÉDITAS – PP-RJ - POLICIAL PENAL - COSEAC

Constituição do Estado do Rio de Janeiro

1. De acordo com a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa correta.
 - a) **Ao abordar qualquer cidadão no cumprimento de suas funções, o servidor policial deverá, em primeiro lugar, identificar-se pelo nome, cargo, posto ou graduação e indicar o órgão onde esteja lotado.**
 - b) A segurança pública, excetuada a vigilância intramuros nos estabelecimentos penais, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
 - c) Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, apenas se dispuser de número mínimo de habitantes, conforme dispõe a Constituição.
 - d) A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se à Polícia Civil.
 - e) O exercício da função policial é privativo do policial de carreira, recrutado preferencialmente por concurso público de provas ou de provas e títulos, ou, se admitido por outros meios, submetido a curso de formação policial.

2. De acordo com a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa **incorreta**. A segurança pública, que inclui a vigilância intramuros nos estabelecimentos penais, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos estaduais:
 - a) Polícia Civil
 - b) Polícia Penitenciária
 - c) **Guarda Civil Municipal**
 - d) Polícia Militar
 - e) Corpo de Bombeiros Militar

Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-Lei nº 220/1975)

3. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, são penalidades disciplinares:
 - I. advertência;
 - II. repreensão;
 - III. suspensão;
 - IV. multa;
 - V. destituição de função;
 - VI. demissão;
 - VII. cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.

Está correto o disposto nos itens:

- a) I, II, III e V.
- b) II, III, V e VI.
- c) I, III, V e VI.
- d) I, III e VI.
- e) **Todos os itens estão corretos.**

4. Sobre as responsabilidades e as penalidades aplicáveis ao servidor público estadual, assinale a alternativa correta em conformidade com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

- a) **Pelo exercício irregular de suas atribuições, o funcionário responde civil, penal e administrativamente.**
- b) A pena de suspensão será aplicada em casos de reincidência em falta já punida com multa.
- c) A destituição de função dar-se-á quando verificada exaustão no cumprimento do dever.
- d) A pena de demissão será aplicada nos casos de ofensa física em serviço, contra funcionário ou particular, ainda que em legítima defesa.
- e) É vedada a responsabilização em mais de uma esfera jurídica.

Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro (aprovado pelo Decreto nº 2.479/1979)

5. Conforme o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro aprovado pelo Decreto nº 2.479/1979, assinale a alternativa **incorreta** no que se refere às licenças.

- a) Conceder-se-á licença para tratamento de saúde, por motivo de doença em pessoa da família, para repouso à gestante, para acompanhar o cônjuge, a título de prêmio, dentre outras circunstâncias.
- b) A licença poderá ser prorrogada ex-officio ou a pedido e o pedido de prorrogação deverá ser apresentado antes de findo o prazo da licença.
- c) **A concessão de licença ao funcionário, exceto a decorrente de acidente em serviço ou de doença profissional, impedirá a sua exoneração ou dispensa, ainda que esta se der em virtude do caráter precário ou temporário de seu provimento.**
- d) O funcionário licenciado comunicará ao chefe imediato o local onde poderá ser encontrado.
- e) A licença para tratamento de saúde será concedida sempre com vencimento e vantagens integrais.

6. Consoante o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Rio de Janeiro, assinale a alternativa correta acerca do direito de petição.

- a) **É assegurado ao funcionário o direito de petição em toda a sua amplitude, assim como o de representar.**

- b) Da decisão que for prolatada caberá, sempre, pedido de reconsideração, que será diretamente encaminhado à autoridade superior àquela que houver expedido o ato ou proferido a decisão, não podendo ser renovado.
- c) Não caberá recurso hierárquico do indeferimento do pedido de reconsideração ou das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.
- d) Não correrá a prescrição enquanto o processo estiver em estudo.
- e) À autoridade que receber o pedido de reconsideração é vedado processá-lo como recurso hierárquico, encaminhando-o à autoridade superior.

Lei Orgânica da Polícia Penal do Estado do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº 206, de 21 de julho de 2022)

7. À luz da Lei Orgânica da Polícia Penal do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa correta. São atribuições do cargo de Policial Penal sem prejuízo de outras atividades previstas na Lei de Execução Penal e demais Leis específicas:
- a) zelar pela disciplina da pessoa privada de liberdade, bem como instaurar e conduzir procedimentos apuratórios de infrações disciplinares cometidas pelas pessoas sob custódia e servidores, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.
 - b) dar segurança à prestação de assistência jurídica às pessoas custodiadas nos estabelecimentos penais.**
 - c) promover a custódia das pessoas privadas de liberdade, estejam elas cumprindo pena, excetuadas àquelas submetidas à prisão provisória.
 - d) controlar o fluxo de pessoas e veículos em ambientes onde ocorram ações da polícia civil e militar.
 - e) reprimir o crime organizado, o tráfico de drogas e quaisquer outros crimes que venham a ser praticados, durante o cumprimento da pena, com a prévia comunicação aos órgãos competentes.
8. Nos termos da Lei Orgânica da Polícia Penal do Estado do Rio de Janeiro, os policiais penais serão remunerados por vencimento, adicionais e gratificações cujos valores e regras de aplicação serão estabelecidos em lei específica que levará em consideração a importância e os riscos inerentes à atividade, a natureza, a complexidades das atribuições e o grau de responsabilidade das funções exercidas, assegurada:
- I. adicional de periculosidade
 - II. adicional de insalubridade
 - III. adicional noturno
 - IV. adicional por tempo de serviço
 - V. gratificação de Habilitação Profissional
 - VI. gratificação de Grupamentos de Operações Especiais

Estão corretos os itens:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, III e IV.
- c) I, II, III, IV e VI.
- d) I, III, IV e V.
- e) Todos os itens estão corretos.**

9. Acerca da carreira e vencimentos do Policial Penal, assinale a alternativa incorreta.
- a) O cumprimento das atividades deve ser realizado dentro da jornada diária e oficial de trabalho, constituindo medida excepcional a utilização do banco de horas
 - b) O policial penal na ativa que for responsável legal por pessoa com deficiência física ou intelectual fará jus a um Adicional de Necessidade Especial, calculado sobre 15% (quinze por cento) do vencimento-base, na forma de regulamentação específica.**
 - c) A utilização do banco de horas deverá ser previamente autorizada pelo gestor da unidade, ou, em caso de urgências, comunicada logo após a ocorrência.
 - d) Será concedida a assistência integral e gratuita aos policiais penais que, no exercício de suas funções, se envolvam ou sejam implicados em casos que demandem tutela jurídica, seja judicial ou extrajudicial.
 - e) Os policiais penais terão direito a carteira funcional com fé pública em todo território nacional, distintivo, porte de arma, cautela de arma institucional.
10. São princípios que norteiam a Polícia Penal segundo a respectiva Lei Orgânica, exceto:
- a) proteção dos direitos humanos e respeito à dignidade da pessoa humana;
 - b) ética profissional;
 - c) atuação apartada dos órgãos de segurança pública e defesa social;**
 - d) interatividade, integração e participação comunitária;
 - e) legalidade, moralidade, impessoalidade, finalidade, proporcionalidade, segurança jurídica, interesse público e eficiência;

Decreto nº 40.013, de 28 de setembro de 2006, que regulamenta a Lei nº 4.583 de 25 de julho de 2005, alterada pela Lei nº 5.348, de 11 de dezembro de 2008: Capítulo V: do Código de Ética - Artigo 18; Capítulo VI: Dos Direitos - Artigo 19; Capítulo VIII: Da Responsabilidade - Artigos 24 e 25; e Capítulo IX: Das Transgressões Disciplinares - Artigo 26

11. Assinale a alternativa que contém apenas transgressões disciplinares. São transgressões disciplinares:
- a) Agir, no exercício da função, com displicência, deslealdade ou negligência; Apresentar parte contra servidor; Proceder a movimentação externa de presos ou internos sem o documentação pertinente;
 - b) Valer-se do cargo com o fim de obter proveito de natureza político-partidária, para si ou para terceiro; Deixar de entregar o comprovante de licença médica imediatamente após sua concessão, salvo comprovação posterior; Zelar pelos bens pertencentes a SEAP, estejam ou não sob sua responsabilidade direta;
 - c) Interpor ou traficar influência alheia para solicitar ascensão, remoção, transferência, promoção ou comissionamento; Impedir discórdia ou desarmonia no ambiente de trabalho; Desrespeitar ou procrastinar o cumprimento de decisão judicial, ou administrativa;
 - d) Negar-se a ceder ou a permitir que outros usem objetos arrecadados, recolhidos ou apreendidos no exercício da função; Reunir-se, concentrar-se ou impedir o trânsito perto das unidades prisionais; Dar informações inexatas, alterando ou desfigurando propositadamente as verdadeiras;

e) Maltratar preso ou internado, sob sua guarda, ou usar de força desnecessária no exercício da função; Abandonar serviço regular para os quais tenha sido designado; Desrespeitar ou procrastinar o cumprimento de decisão judicial, ou administrativa.

12. Conforme o Código de Ética dos Policiais Penais do Rio de Janeiro, assinale a alternativa **incorreta**. A transparência nas relações entre funcionários e presos, bem como com a sociedade em geral, são fundamentais para transmitir valores, padrões éticos e de conduta considerados adequados e efetivamente comprometidos com sua missão institucional e ainda:

a) Manter, no ambiente de trabalho ou fora dele, comportamentos adequados com o cargo, respeito, boa vontade, espírito de equipe, lealdade.

b) Agir com tibieza ante o perigo e o abuso.

c) Abster-se de atender a pressões de quaisquer origens que visem à obtenção de favores ou vantagens que sejam morais e eticamente condenáveis, comunicando ao seu superior hierárquico a ocorrência do fato.

d) Não permitir que sentimentos ou animosidades pessoais possam influir em suas decisões.

e) Pautar-se o servidor no modelo do Gestor Público, para servir de parâmetro a seus subordinados.

Portaria Interministerial MJ/SEDH nº 4.226/2010 (estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública)

13. Segundo dispõe a Portaria Interministerial MJ/SEDH nº 4.226/2010, assinale a alternativa correta.

a) O uso da força por agentes de segurança pública deverá obedecer aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência.

b) Os chamados "disparos de advertência" são considerados prática aceitável, por atenderem aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência.

c) O ato de apontar arma de fogo contra pessoas durante os procedimentos de abordagem deverá ser uma prática rotineira e indiscriminada.

d) Todo agente de segurança pública que, em razão da sua função, possa vir a se envolver em situações de uso da força, deverá portar no mínimo 2 (dois) instrumentos de menor potencial ofensivo e equipamentos de proteção necessários à atuação específica, em caso de não portar arma de fogo.

e) Os agentes de segurança pública não deverão disparar armas de fogo contra pessoas, ainda que em casos de legítima defesa própria ou de terceiro contra perigo iminente de morte ou lesão grave.

14. Baseando-se na Portaria Interministerial MJ/SEDH nº 4.226/2010 (estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública), relacione as colunas, vinculando o conceito à sua correta definição.

I. Armas de menor potencial ofensivo

- II. Equipamentos de menor potencial ofensivo
- III. Equipamentos de proteção
- IV. Nível do Uso da Força
- V. Uso Diferenciado da Força

() Todo dispositivo ou produto, de uso individual (EPI) ou coletivo (EPC) destinado a redução de riscos à integridade física ou à vida dos agentes de segurança pública.

() Intensidade da força escolhida pelo agente de segurança pública em resposta a uma ameaça real ou potencial.

() Todos os artefatos, excluindo armas e munições, desenvolvidos e empregados com a finalidade de conter, debilitar ou incapacitar temporariamente pessoas, para preservar vidas e minimizar danos à sua integridade.

() Armas projetadas e/ou empregadas, especificamente, com a finalidade de conter, debilitar ou incapacitar temporariamente pessoas, preservando vidas e minimizando danos à sua integridade.

() Seleção apropriada do nível de uso da força em resposta a uma ameaça real ou potencial visando limitar o recurso a meios que possam causar ferimentos ou mortes.

A ordem correta dos itens é:

- a) **III, IV, II, I, V.**
- b) II, I, V, III, VI.
- c) III, IV, I, II, V.
- d) II, IV, I, III, V.
- e) III, V, II, I, VI.

Lei nº 13.675/2018 (disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social; institui o Sistema Único de Segurança Pública) e Decreto de Regulamentação nº 9.489/2018

15. Conforme a Lei nº 13.675/2018, o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) tem como órgão central o Ministério Extraordinário da Segurança Pública e é integrado pelos órgãos de que trata o art. 144 da Constituição Federal, pelos agentes penitenciários, pelas guardas municipais e pelos demais integrantes estratégicos e operacionais, que atuarão nos limites de suas competências, de forma cooperativa, sistêmica e harmônica. Sabendo disso, assinale a alternativa que corresponde a um integrante estratégico do Susp:

- a) **Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social dos três entes federados;**
- b) polícias civis;
- c) órgãos do sistema penitenciário;
- d) Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp);
- e) Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas (Senad);

16. Segundo a Lei nº 13.675/2018, são objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), exceto:

- a) estimular a concessão de medidas protetivas em favor de pessoas em situação de vulnerabilidade

- b) priorizar políticas de redução da letalidade violenta
- c) incentivo ao desenvolvimento de programas e projetos com foco na promoção da cultura de paz**
- d) estimular e apoiar a realização de ações de prevenção à violência e à criminalidade, com prioridade para aquelas relacionadas à letalidade da população jovem negra, das mulheres e de outros grupos vulneráveis
- e) racionalizar e humanizar o sistema penitenciário e outros ambientes de encarceramento

Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária 2024-2027

17. De acordo com o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (2024-2027), a superlotação carcerária:
- a) poderá ser resolvida, em razão do aumento do número de vagas no sistema prisional.
 - b) permanece uma questão longe de ser sanada, a despeito de um paulatino aumento do número de ofertas de vagas no sistema prisional.**
 - c) as razões da superlotação são múltiplas, mas não envolvem questões socioeconômicas
 - d) o quadro de violações de direitos no sistema prisional não persiste hoje
 - e) o quadro de violações de direitos no sistema prisional se agravou ao longo do tempo, porém, não culminando em quadro de violação massiva de direitos fundamentais
18. Acerca do Plano de Metas da Política Penitenciária do PNPCP 2024 - 2027, assinale a alternativa que corresponde a uma meta, e não uma diretriz, acerca do tema da superlotação carcerária.
- a) Identificar e quantificar a superlotação dos estabelecimentos prisionais
 - b) Revisar os mandados de prisão pendentes de cumprimento
 - c) Criar o Banco Nacional de Dados Penitenciários (BPN)
 - d) Déficit de vagas nos sistemas prisionais reduzida**
 - e) Implantar o Prisionômetro

Decreto nº 8.897, de 31 de março de 1986 (regulamenta o Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro)

19. Acerca do Decreto nº 8.897/1986, que regulamenta o Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa incorreta. Nos estabelecimentos, os presos provisórios e os condenados serão agrupados de acordo com as seguintes circunstâncias:
- a) serem presos provisórios e condenados;
 - b) regime;
 - c) índice de aproveitamento;
 - d) gravidade do tipo de pena e sua extensão;
 - e) idade.**

20. Constituem direitos do preso, além dos estatuídos na lei, nos termos do Decreto nº 8.897/1986:

- I. ser visitado, se estrangeiro, pelos agentes diplomáticos ou consulares do país de origem;
- II. ser ouvido, sempre que responsabilizado por infração disciplinar;
- III. não sofrer, em nenhuma hipótese, formas aviltantes de tratamento;
- IV. portar, no interior do estabelecimento prisional, importância não superior a vinte por cento do salário mínimo vigente;
- V. audiência com o diretor do estabelecimento, nos dias e horas para tal fim designados, respeitada a ordem cronológica de inscrição.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todos os itens estão corretos, exceto o item IV, que está incorreto.**
- b) Todos os itens estão corretos, exceto o item III, que está incorreto.
- c) Todos os itens estão corretos, exceto o item II, que está incorreto.
- d) Todos os itens estão corretos, exceto o item V, que está incorreto.
- e) Todos os itens estão corretos, exceto o item I, que está incorreto.